



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

UMA PROPOSTA DE ESTUDO PARA ANÁLISE DO PERFIL DE PROGRAMAS E DA POLÍTICA SETORIAL DE ESPORTE EM ÂMBITO FEDERAL

Felipe Canan (UEM); Allan Fernando Zardo da Silva (UEM); Luciana Letícia Sperini Rufino dos Santos (FACINOR); Pedro Henrique Iglesias Menegaldo (UEM); Fernando Augusto Starepravo (UEM)

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

felipe.canan@gmail.com

Palavras-chave: Esporte; Políticas públicas; Governo federal.

Introdução

Vários são os instrumentos, comumente denominados “quadros conceituais”, “teorias” ou “modelos de análise”, desenvolvidos no âmbito da ciência política para tentar analisar políticas públicas buscando abranger todas as suas dimensões, ainda que eventualmente priorizem algumas delas (SABATIER, 2007; SCHLAGER, 2007; OSTROM, 2011; ALMEIDA; MEZZADRI, 2017).

Frey *et al.* (2017), nesse sentido, apresentam um instrumento de análise de políticas públicas denominado “Matriz analítica das características de políticas públicas” (MACPP), pautado em oito pilares: destinatários; efeitos; previsibilidade; bens; escopo; complexidade; escolhas trágicas; dimensões da política.

Os autores buscam exemplificar/testar seu uso a partir de cinco políticas setoriais (saúde, educação, assistência social, cultura e meio ambiente), fazendo um apanhado geral sobre cada qual, ou seja, sem uma análise pormenorizada de cada respectivo programa/projeto/ação. Ainda que admitam a existência de complexidade e diversidade dentro de cada área, com programas/projetos/ações de distintos matizes, mantêm a análise centrada no caráter geral.

Objetivo

Objetiva-se nesta pesquisa apresentar uma proposta de estudo com tripla finalidade (que, posteriormente, serão elas próprias, os objetivos da pesquisa): [1] identificar o perfil da política setorial federal de esporte no Brasil; [2] testar a potencialidade da MACPP para análise da política setorial de esporte; e [3] testar a potencialidade da MACPP para análise de programas específicos na área do esporte.

Metodologia





II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

Tratar-se-á de uma pesquisa descritivo-exploratória documental apoiada na MACPP, na qual pretende-se analisar os programas/projetos/ações esportivos federais desenvolvidos pelo Ministério do Esporte (ainda que em parceria com outros Ministérios, entes federados e/ou instituições em geral, públicas ou privadas).

Os dados serão coletados nas páginas da *web* do citado Ministério e nas normas legais que instituem os programas/projetos/ações, quando existentes. A partir da identificação da frequência absoluta e relativa de características de cada pilar no somatório dos programas, acreditamos que visualizaremos mais objetivamente o perfil geral da política esportiva federal.

Resultados

A partir da análise, por meio da MACPP, das características de cada pilar dos programas/projetos/ações esportivos em âmbito federal, acredita-se que será possível identificar com maior objetividade o perfil predominante de política esportiva colocada em prática pelo Ministério do Esporte.

Ao mesmo tempo, se a MACPP se mostrar fiável para tal, espera-se que possa contribuir futuramente para análise também de políticas esportivas em nível estadual e municipal, oferecendo, em conseqüência, um panorama mais completo sobre o perfil da política esportiva brasileira em geral. Caso contrário, ter-se-á demonstrado que o instrumento não se apresenta apto a identificar o perfil de políticas e/ou programas/projetos/ações de esporte no Brasil.

Conclusões

Têm-se ciência de que os dados encontrados circunscrever-se-ão ao perfil ideológico das políticas esportivas federais, não demonstrando sua lógica de implementação. Para que isso fosse possível precisar-se-ia identificar também outros fatores, como, por exemplo, o percentual de recursos alocados para cada programa/projeto/ação, o que poderia demonstrar uma supremacia de um sobre o outro.

Ou seja, é possível que, hipoteticamente, a maioria dos programas/projetos/ações tenha, por exemplo, efeitos coletivos, mas um único programa de efeitos individualizantes receba mais recursos que todos os demais juntos. Neste caso, ainda que a maioria fosse de efeitos coletivos, na prática, a supremacia da política esportiva federal, em relação ao pilar “efeitos”, seria individualizante. Devido à possibilidade de ocorrerem distorções deste tipo é que pondera-se que a análise proposta nesta pesquisa restringe-se à concepção ideológica dos programas/projetos/ações.

Referências

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MEZZADRI, Fernando Marinho. Quadros conceituais em políticas públicas: aplicações e possibilidades para a área do esporte. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2017.



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

FREY, Klaus *et al.* Políticas públicas em perspectiva comparada: proposta de um framework para a análise de experiências locais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 68, n. 1, p. 9-36, jan./mar. 2017.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 21, p. 211-259, 2000.

OSTROM, E. Background on the institutional analysis in development framework. **The Policy Studies Journal**, Washington, v. 39, n. 1, p. 7-27, 2011.

SABATIER, Paul A. (Ed.). **Theories of the Policy Process**. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2007.